

# Apresentação

## Um panorama da conjuntura atual de crise da democracia na América Latina em dezesseis análises

DANIEL JATOBÁ \*

*\* Doutor em Ciência Política (IESP/ UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais/UnB e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/UnB. Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais/UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4101446986138775>.*

A crise contemporânea das democracias na América Latina é um fenômeno multifacetado, cujas raízes históricas e estruturais estão relacionadas com complexas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Ela não é propriamente uma novidade histórica, embora algumas das suas características atuais e tendências futuras sinalizem que a fase atual requer de nós o monitoramento analítico da conjuntura atual, engajamento cívico e comprometimento com os valores democráticos diante dos preocupantes sinais de enfraquecimento institucional. Em um contexto marcado pela ascensão de regimes populistas, tanto de direita quanto de esquerda, pela intensificação da polarização política e pela erosão das instituições democráticas, a grande maioria dos países latino-americanos enfrenta desafios que ameaçam os pilares da governança democrática e, em alguns casos, a própria sobrevivência do regime.

Não se trata de um alarmismo infundado, mas de um reconhecimento da fragilidade da conjuntura democrática, com especial ênfase na América Latina. Vale destacar, contudo, que a crise da democracia não é exclusiva dessa região; ela permeia todas as partes do mundo, alcançando inclusive países e áreas onde, até recentemente, parecia mais consolidada. A presente edição da Revista PET-REL: Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília concentra-se especificamente na crise democrática que assola a América Latina. As análises que compõem esta edição se dedicam a explorar essas questões, abordando de maneira crítica as condições conjunturais, estruturais e históricas que impulsionam a crise atual.

O presente dossiê tem início com a análise de conjuntura de **Anna Luiza Fagundes e Giulia Matos**, intitulada **“A sombra dos grupos armados sobre a democracia colombiana”**, que tem por objeto os impactos duradouros

da atuação de grupos armados ilegais – guerrilhas e paramilitares – sobre a fragilidade da democracia na Colômbia contemporânea. A partir de uma narrativa sobre o agravamento recente do conflito envolvendo o Exército de Libertação Nacional (ELN) e facções dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), as autoras argumentam que a presença desses grupos, articulados ao narcotráfico e à violência política, mina os fundamentos democráticos do país. Enfrentando o desafio de articular conjuntura e estrutura, a análise começa por destacar as exclusões estruturais que marcam a democracia colombiana, bem como o uso da repressão como instrumento político da elite nacional.

Fagundes e Matos realizam uma recuperação histórica do conflito, de modo a demonstrar que tanto as guerrilhas – vistas como resposta à marginalização social – como os paramilitares – vistos como um artifício de defesa dos interesses oligárquicos – contribuíram para desestabilizar o Estado e enfraquecer seus compromissos com a cidadania plena, conferindo especial atenção ao processo de paz iniciado na década de 1980, que culminou no Acordo de 2016. Na visão das autoras, a fragmentação das facções armadas, o financiamento ilícito e a ausência de presença estatal efetiva inviabilizaram soluções sustentáveis para conflito tão duradouro e marcado estruturalmente. Finalmente, a conjuntura atual é analisada a partir da caracterização dos dilemas enfrentados pelo governo de Gustavo Petro, iniciado em 2022, na sua tentativa de implementar um projeto de “paz total”, revelando o paradoxo entre a negociação política e o combate à criminalidade organizada. Para elas, sem reformas estruturais e um compromisso firme com a justiça social, a Colômbia seguirá presa a um ciclo de violência que impede o florescimento da democracia.

Em seguida, a análise **“Governança Híbrida: a fragilização da democracia mexicana pelo crime organizado”**, de autoria de **Bianca Pinheiro**, investiga a relação entre o crime organizado e a crise da democracia no México. O texto lança mão do conceito de “governança híbrida” – arranjo político no qual o Estado e as organizações criminosas compartilham, disputam ou negociam o exercício da autoridade em determinadas regiões do país analisado. A autora analisa o caso mexicano desde uma concepção dual de democracia – enquanto regime político e enquanto canal de realização dos direitos humanos –, para argumentar que os cartéis mexicanos representam uma ameaça sistemática à institucionalidade democrática, especialmente ao minar o princípio da soberania estatal e ao violar direitos civis, políticos e socioeconômicos da população.

A partir de uma recuperação da transição democrática mexicana iniciada em 2000, após mais de sete décadas sob o controle de um mesmo partido político, Pinheiro argumenta que o autoritarismo político e a corrupção endêmica contribuíram para a construção de uma perniciosa simbiose entre agentes estatais e o crime organizado. Com base na literatura pesquisada, a autora identifica três modalidades principais dessa governança híbrida na atual conjuntura mexicana: integração, com a interferência de cartéis no processo eleitoral; proteção, com a tolerância policial como estratégia de contenção da violência; e simbiose, com a colaboração direta entre autoridades públicas e líderes criminosos. O resultado é a corrosão da legitimidade das instituições e a fragilização da confiança da população no regime democrático. Do ponto de vista da defesa dos direitos humanos, a análise destaca os efeitos produzidos pelo narcotráfico, em particular as altas taxas de homicídio e de desaparecimentos forçados, bem como o aliciamento de jovens nas comunidades pobres e periféricas.

Analisando a conjuntura atual, a autora alega que os desafios contemporâneos enfrentados pela presidenta Claudia Sheinbaum, no cargo desde outubro de 2024, exigem mais do que ações de repressão; eles impõem a necessidade de políticas públicas duradouras, capazes de combater a desigualdade, ampliar oportunidades e recuperar a autoridade legítima do Estado. Na visão de Pinheiro, a governança híbrida expressa uma espécie de síntese da crise institucional e da violência sistêmica, figurando como um dos principais obstáculos à consolidação da democracia no México na atual quadra histórica.

Ao focar na relação entre populismo e crise democrática em dois países chave da região – México e Argentina – a análise comparativa de **Lenira Oliveira e Marina Santos** permite a introdução de um dos temas recorrentes no presente dossiê: o populismo. O texto, intitulado **“El populismo y la democracia en declive en América Latina: los casos de México y de Argentina”**, propõe-se a analisar os governos de Andrés Manuel López Obrador (também conhecido pelo acrônimo AMLO) e Claudia Sheinbaum, no México, e Javier Milei, na Argentina. Após diferenciar, com base na literatura hodierna, o populismo enquanto discurso, estratégia e ideologia, as autoras adotam o conceito de populismo como uma estratégia política que se vale da dicotomia entre “o povo” e “a elite” para construir legitimidade, atacando instituições democráticas e concentrando poder.

A partir da escolha dos dois casos nacionais, a análise de Oliveira e Santos busca compreender as variações entre o

populismo de esquerda e de direita e os seus impactos na qualidade democrática dos países analisados. No caso do México, as autoras destacam como o ex-presidente López Obrador, identificado com a esquerda, sob o pretexto de combater uma “máfia do poder”, terminou por realizar uma série de reformas que, na prática, enfraqueceram o Poder Judiciário e os chamados Órgãos Constitucionais Autônomos, figura do direito constitucional mexicano que identifica uma série de entidades que gozam de autonomia e independência frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ressalta-se, assim, a dimensão anti-institucional do governo AMLO. A atual presidenta Sheinbaum, sua sucessora, embora adote um discurso mais moderado, mantém a agenda reformista de seu antecessor, o que conduz as autoras a levantarem dúvidas sobre a continuidade do processo de erosão institucional promovido pelo seu antecessor.

No caso da Argentina, as autoras argumentam que o presidente Javier Milei, no poder desde dezembro de 2023, representa uma vertente populista de extrema direita. Para elas, embora o atual presidente argentino apoie-se em um discurso anticorrupção e antissistema, na prática as medidas neoliberais já podem ser vistas como responsáveis pela produção de retrocessos sociais e autoritarismo discursivo, com ataques à imprensa, à memória histórica do país e às pautas de promoção de igualdade de gênero. O texto conclui que, apesar das formas retóricas distintas, os populismos de esquerda e direita dos países analisados compartilham estratégias similares de desmonte institucional e de mobilização popular baseada na polarização política. Por fim, as autoras sublinham que a convergência de estratégias adotadas por diferentes vertentes político-ideológicas revela um cenário preocupante para a América Latina, no qual líderes eleitos democraticamente utilizam a legitimidade angariada nas urnas para fragilizar o pluralismo político, comprometer o equilíbrio entre os poderes e restringir espaços de contestação democrática. Nada bom, digo eu.

A análise seguinte também se utiliza do conceito de populismo, mas para destacá-lo como traço recorrente da política argentina e explorar a sua instrumentalização histórica por líderes de diferentes espectros ideológicos. Trata-se do texto **“Para além do populismo: a estratégia de Javier Milei”**, de autoria de **Vítor Vieira Branquinho**, o qual investiga os fatores que explicam a vitória eleitoral do atual presidente argentino. Para o autor, o êxito de Milei decorre de uma conjunção de elementos específicos do contexto atual, a saber, a crise econômica, o desgaste do sistema político tradicional, o seu posicionamento como um outsider radical e, por fim, a adoção de um discurso ultraliberal disruptivo.

O texto de Branquinho argumenta que o discurso de Milei, centrado na destruição de uma suposta “casta política”, na dolarização da economia e na extinção do Banco Central, e somado a uma retórica antiprogressista e um estilo provocador, rompeu com a tradicional alternância de poder entre peronismo e o antiperonismo. Se por um lado a sua vitória deriva de uma conjuntura marcada pela desilusão democrática e pela busca por soluções imediatas, não importa quão radicais elas sejam, por outro lado a sua eleição revela os limites do sistema político argentino em termo de capacidade de responder às demandas sociais, reforçando assim o sentido de um alerta sobre a vulnerabilidade das democracias latino-americanas diante da atual crise de representatividade do regime.

O caso argentino recebe novo olhar na análise de conjuntura de **Luísa Beatriz Ribeiro Silva, “O Peso do Dólar: da intervenção norte-americana ao populismo de Milei na Argentina”**. Oferecendo uma análise histórica e estrutural da atual crise da democracia no país vizinho, a autora ilumina a democracia argentina desde a perspectiva da sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Segundo ela, a eleição de Milei representa não propriamente uma ruptura com o passado – nisso discordando da visão de Branquinho – mas a radicalização de um processo de submissão ao capital internacional iniciado há décadas. Nesse sentido, a análise articula a ascensão do atual presidente à imposição de modelos econômicos exógenos, desde a ditadura militar argentina, passando pelas políticas neoliberais dos anos 1990 e pelos sucessivos acordos com o FMI.

Para Ribeiro, a retórica antissistema de Milei é um recurso usado para legitimar medidas econômicas que, na prática, aprofundam a perda de soberania econômica e o desmonte dos direitos sociais da população argentina. A autora traça paralelos entre o populismo ultraliberal do atual governo e os ciclos anteriores de crise econômica, argumentando que a persistência da lógica de dependência econômica externa é um entrave à consolidação democrática. A crise de representatividade e o desgaste das instituições tradicionais abrem espaço para lideranças autoritárias e outsiders como Milei, que utilizam a linguagem da ruptura para pôr em prática projetos de política econômica regressivos. Nesse sentido, o presidente Milei encarna o paradoxo de um populismo que, ao prometer liberdade, legitima um novo ciclo de autoritarismo econômico e submissão ao capital financeiro global. A crise da democracia, alega a autora, é também uma crise de soberania.

O caso do Brasil recebe a atenção de três análises de

conjuntura no presente dossiê, cada uma explorando diferentes perspectivas sobre a democracia em nosso país. A primeira delas, intitulada **“A crise das instituições democráticas e impactos no Brasil”**, de **Yasmin Freitas Taia**, propõe uma análise dos principais fatores que colaboram para o enfraquecimento das instituições democráticas na atual conjuntura, com foco na deterioração da confiança popular nas instituições, nos ataques de determinadas forças políticas ao sistema eleitoral, na perda da credibilidade dos partidos políticos e na manipulação midiática. Na visão da autora, o regime democrático brasileiro encontra-se sob ameaça permanente na atual conjuntura, fato este impulsionado por campanhas de desinformação, pela polarização política e pela tentativa explícita de ruptura da ordem constitucional ocorrida em 8 de janeiro de 2023 – sem esquecer a autora das recentes explosões em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2024.

Após analisar três frentes principais de sustentação da democracia – o sistema eleitoral, os partidos políticos e a mídia – a autora conclui que o atual comprometimento do regime democrático no Brasil só poderá ser contornado mediante o fortalecimento das instituições, o combate eficaz à desinformação e o engajamento cívico da população. Em nova mensagem de alerta – entre tantas outras vocalizadas no presente dossiê – a autora defende a urgência de medidas que promovam transparência, inclusão social e educação política da população, sob o risco de ocorrência de novos retrocessos autoritários que venham a comprometer definitivamente os valores democráticos conquistados desde a redemocratização do país nos anos 1980.

A segunda análise sobre o caso brasileiro é assinada por **Isabella Sofia Silveira**, com o título **“Pós-modernidade: A era de mercantilização de narrativas políticas”**, a qual analisa as dificuldades enfrentadas pela esquerda brasileira no campo da comunicação política. Fundamentalmente, a autora contrasta a fragilidade da esquerda nesse campo à alegada eficiência narrativa da extrema direita em tempos recentes. Ela argumenta que, em uma era marcada pela mercantilização da atenção e pela centralidade das redes digitais, a comunicação política deixou de ser acessória, tendo se tornado essencial para a manutenção da democracia. Enquanto a esquerda permanece presa a modelos tradicionais de comunicação, bem como à dependência do carisma de lideranças como o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no poder desde janeiro de 2023, a extrema direita vem demonstrando notável capacidade de capitalizar as crises políticas e econômicas para disseminar discursos simplistas e moralizantes, os quais são marcados por forte apelo emocional.

A análise em si percorre alguns momentos da política brasileira dos últimos anos, como o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a ascensão de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 e, mais recentemente, os efeitos da chamada “Crise do Pix”. O texto busca destacar o modo como as supostas falhas narrativas da esquerda facilitaram a apropriação da opinião pública por lideranças radicais do campo adverso. A autora examina a atuação das big techs e da mídia hegemônica, apontando a desregulamentação das redes e a desinformação como aliados da radicalização política. O texto conclui que a ausência de uma estratégia comunicacional eficaz, articulada e internacionalizada por parte da esquerda a deixa vulnerável diante de um cenário global de ascensão autoritária de extrema direita. A autora propõe uma reformulação urgente da forma como o atual governo Lula se comunica e mobiliza o apoio popular, especialmente diante das prováveis disputas políticas acirradas de 2026 e da persistência do fenômeno do bolsonarismo.

**“A crise da democracia brasileira: entre o Lulopetismo e o Bolsonarismo”**, de **João Paulo Urbano**, explora a atual conjuntura desde a perspectiva da tensão entre as duas forças dominantes da política nacional, tal como identificadas no título do texto. Urbano argumenta que, no primeiro polo, mesmo com o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível e réu em processo criminal em tramitação no STF por tentativa de golpe, a extrema direita demonstra resiliência, reorganizando-se em torno de novas lideranças como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o deputado federal por Minas Gerais, Nikolas Ferreira; enquanto isso, no segundo polo o atual governo enfrenta uma profunda crise de legitimidade, agravada pela adoção de uma agenda econômica de austeridade, pelo distanciamento das bases populares e por uma postura considerada tímida diante das ameaças recentes ao regime democrático brasileiro.

O autor argumenta que a opção do governo Lula por uma estratégia de governabilidade baseada na conciliação de classes e nos interesses do capital deixou de lado o compromisso histórico com os mecanismos de participação popular e os projetos de redistribuição material. Em um contexto internacional desfavorável e um quadro interno de aprofundamento da desigualdade, a opção do governo atual tem gerado insatisfação social e ampliado o espaço para a rearticulação da extrema direita, sempre na visão do autor. Enquanto isso, figuras como o governador Tarcísio, com forte viés neoliberal e autoritário, e o deputado Nikolas, identificado com pautas ultraconservadoras e antidemocráticas, despontam como herdeiros diretos do projeto bolsonarista. De forma perspicaz e penetrante, Urbano conclui que o atual cenário brasileiro

é marcado por um paradoxo inquietante: mesmo após uma tentativa de ruptura institucional, a extrema direita segue competitiva do ponto de vista eleitoral, enquanto o governo que se apresenta como progressista falha em oferecer respostas efetivas aos desafios sociais e políticos do país. Sem reformas estruturais e uma defesa assertiva da democracia, o Brasil corre o risco de testemunhar a ascensão de um novo ciclo autoritário legitimado pelo voto popular. Nada bom, digo eu novamente, especialmente se colocamos o caso brasileiro no contexto internacional de avanço das forças autoritárias em diferentes lugares da região e do restante mundo, incluindo até mesmo nações de forte tradição democrática como os Estados Unidos da América.

Outro caso nada promissor, no atual cenário da América Latina, é o de El Salvador. Na análise intitulada **“Narrativas e Autoritarismo: uma análise do Governo Bukele”**, **Gabriel M. C. Boaventura** explora o tema do papel das narrativas enquanto instrumento da ascensão e consolidação do governo autoritário do presidente Nayib Bukele, eleito aos 37 anos de idade em 2019 e reeleito em fevereiro de 2024 com impressionantes 85% dos votos. A partir da reflexão do filósofo Byung-Chul Han sobre a “crise da narração”, Boaventura argumenta que o êxito político de Bukele reside menos na eficácia de suas políticas e mais em sua habilidade de construir e dominar narrativas que simplificam a realidade, exploram emoções e deslegitimam adversários. A figura de Bukele é analisada como expressão de um “autoritarismo millennial”, conceito cunhado por Manuel Meléndez-Sánchez, no qual o populismo digital haveria substituído o debate democrático por uma comunicação direta, emotiva e polarizadora com a população.

A trajetória política do presidente salvadorenho é analisada com ênfase na sua ruptura com os partidos tradicionais, chegando até a sua consolidação, durante o primeiro mandato, como um líder que governa por meio de slogans, imagens e redes sociais. Com base em uma retórica de confronto entre “nós” (o povo) e “eles” (as elites e os criminosos) – típica do populismo, seja lá de que espectro político, como visto em análises descritas acima – Bukele mobiliza apoio popular para justificar o estado de exceção permanente e a repressão sistemática de direitos civis. A política de “guerra contra as gangues” e a construção do enorme presídio Centro de Confinamento do Terrorismo são exemplos emblemáticos de uma estratégia política que, muito embora apresentada como solução heroica, é na prática marcada por arbitrariedade, abusos e ocultação das causas estruturais da violência. O caso salvadorenho evidencia-se como um sintoma da crise democrática latino-americana: trata-se da substituição do conteúdo por performances, da deliberação por um

espetáculo midiático, e da política por algoritmos. Nesse cenário, conclui o autor, a democracia se esvazia, enquanto se fortalece o controle simbólico e emocional sobre a cidadania, tornando urgente uma reflexão crítica sobre o poder das narrativas na era da desinformação.

O caso de El Salvador é retomado na análise comparativa de **Nathália Rabelo**, intitulada **“El Salvador e Nicarágua: dois lados da mesma moeda?”**. Para a autora, apesar de diferenças ideológicas entre os presidentes Bukele e Daniel Ortega, primeiro mandatário nicaraguense de orientação à esquerda, os dois líderes convergem na consolidação de regimes autoritários que têm solapado ainda mais as instituições democráticas nos dois países, aprofundando a fragilidade histórica presente em ambos os casos. Nesse sentido, Rabelo apresenta os legados históricos de guerras civis e intervenções externas que marcam a trajetória política de El Salvador e Nicarágua, mostrando como as promessas democráticas do pós-guerra foram corroídas por desigualdades sociais, instabilidade institucional e estratégias populistas de poder.

Na atual conjuntura salvadorenha, o texto destaca que a popularidade do atual governo se sustenta em políticas de segurança eficazes, porém, não menos importante, implementadas à custa de graves violações de direitos humanos, como prisões arbitrárias e censura à imprensa. No caso da Nicarágua, Daniel Ortega manteve-se no poder por meio do uso do lawfare, repressão violenta a manifestações e centralização extrema do Estado, com destaque para a proposta de tornar sua esposa “copresidenta” e coordenadora dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A autora argumenta que ambos os governos esvaziam as instituições democráticas, instrumentalizam o sistema jurídico contra opositores e operam sob o signo de um forte apelo populista. A comparação reforça que o autoritarismo pode emergir tanto à esquerda quanto à direita, especialmente quando a democracia é implementada como modelo importado, sem mediação com as realidades locais, argumenta Rabelo, o que a leva a defender que a crise democrática nos dois países centro-americanos exige uma reconstrução institucional enraizada nas especificidades socioculturais da região.

Como apontam os textos reportados até aqui, a ascensão de regimes autoritários afronta pilares básicos do Estado Democrático de Direito, dentre eles o equilíbrio e a independência entre os Poderes e, não menos importante, a esfera das liberdades públicas e dos direitos humanos. Nesta linha, a análise **“A Ascensão da Extrema Direita e a Supressão de Políticas de Gênero na América Latina”**, de **Isabelle Pacheco Rolla**, realiza um recorte temático

interessante, revelando como a ascensão da extrema direita na América Latina afeta as políticas de gênero e os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. Para analisar a ofensiva da extrema direita contra essas políticas, a análise reconstrói uma linha histórica, desde os avanços obtidos nessa durante a “Onda Rosa” de governos de esquerda e centro-esquerda na região durante a década de 2000, até os retrocessos acelerados a partir de 2016, impulsionados pela eleição de lideranças como Jair Bolsonaro, Javier Milei, Horacio Cartes, Presidente do Paraguai de 2013 a 2018, e Dina Boluarte, Presidenta do Peru desde dezembro de 2022 – a qual, apesar de eleita por uma coalizão de esquerda, realizou um giro à direita durante a condução do seu mandato presidencial.

A autora denuncia a utilização, por parte dessas lideranças políticas e seus aliados, de um discurso de “guerra cultural” – especialmente o combate à chamada “ideologia de gênero” – como ferramenta de mobilização, controle social e deslegitimação de adversários políticos. Como destaca a análise, não se trata de mera coincidência ou de ataques isolados, mas sim de um projeto político estruturado que une neoliberalismo, familismo, neopentecostalismo e populismo autoritário. Nesse arranjo político-ideológico, a figura da “família tradicional” é mobilizada como sendo o núcleo moral da sociedade e contraposta às demandas feministas e LGBTQIAPN+, as quais são representadas pela extrema direita como ameaças à ordem e aos valores nacionais – a leitura do texto me fez lembrar da clássica análise de Albert O. Hirschmann, no livro *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*, de 1992, no qual o autor demonstra como as forças conservadoras e reacionárias mobilizaram um formidável arsenal discursivo para fazer frente às mudanças, toda vez que julgaram que a ordem social vigente caminhava no sentido de transigir. De volta ao texto da autora, ela examina a articulação internacional desse movimento, ressaltando a influência de Donald Trump sobre os líderes da região e a possibilidade de “importação” de medidas repressivas por meio de uma lógica de alinhamento automático. Em sua conclusão, a autora defende que a supressão de políticas de gênero é um elemento central no projeto da nova extrema direita latino-americana e que a resistência a essa ofensiva exige respostas políticas e institucionais capazes de proteger os direitos fundamentais e a democracia na região.

**“O que a volta de Trump pode representar para a América Latina?”**, é a pergunta enfrentada por **Cecília Dias**, que analisa as implicações do retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 2025, para a América Latina. O texto é estruturado em dois momentos: o primeiro mandato de Trump (2016–2020) e as projeções para o atual mandato. No primeiro mandato, Trump

destacou-se pela promoção de políticas de “tolerância zero” com imigrantes, imposição de sanções a países como Venezuela e Cuba, retirada dos EUA do Acordo Transpacífico e renegociação do NAFTA, com o Canadá e o México, nos termos mais duros no acordo USMCA. Além da produção de tensões diplomáticas, as políticas do primeiro governo Trump contribuíram para o enfraquecimento de instituições democráticas e aprofundaram desigualdades sociais na região, argumenta Dias. A autora caracteriza a política de Trump para a região como unilateral, protecionista e intervencionista, além de ser marcada pela retórica autoritária, pelo desprezo pelo multilateralismo e pela ênfase na repressão migratória.

Quanto ao mandato recém iniciado, a tendência é de intensificação dessas políticas: corte de ajudas internacionais, imposição de tarifas, repressão à imigração e retórica ultranacionalista são algumas das medidas já em curso. Após destacar o uso das grandes plataformas tecnológicas, as Big Techs, por Trump e seus aliados na América Latina, uso em sintonia com as estratégias de desinformação e mobilização populista espalhadas por todo o continente americano, a autora conclui que o novo governo Trump deve significar, para a América Latina um aprofundamento das vulnerabilidades já existentes, conjuntura na qual o avanço de forças políticas autoritárias e o esvaziamento das instituições de cooperação regional exigem respostas mais autônomas e articuladas dos países latino-americanos para proteger a estabilidade democrática na região, as quais prescindam de qualquer apoio dos Estados Unidos da América.

A análise preparada por **Carolina Bastos e Livia Manso**, **“A instabilidade da percepção democrática no Estado Plurinacional da Bolívia em 16 anos de Constituição”**, examina a trajetória política da Bolívia desde a promulgação da Constituição de 2009, a qual instituiu um Estado Plurinacional como parte de um projeto democrático-participativo, voltado à inclusão de povos indígenas, camponeses e outros setores historicamente marginalizados. De acordo com as autoras, com o passar desses dezesseis anos, os avanços iniciais do processo histórico-político boliviano – como a autonomia indígena, a nacionalização dos recursos naturais e a superação do regime oligárquico de democracia pactuada – sofreram retrocessos e resultaram em novas dinâmicas de concentração de poder, tensões políticas internas e sucessivas crises econômicas. Bastos e Manso identificam um conjunto de transformações realizadas sob os governos do ex-presidente Evo Morales (2006-2019), dando destaque para o fortalecimento da democracia por meio da mobilização popular e da redistribuição de renda; contudo, tais avanços foram seguidos de retrocessos

institucionais, os quais as autoras associam à suposta tentativa de reeleição indefinida e ao pleito eleitoral de 2019, marcado por suspeitas de fraude e pelo posterior golpe civil-militar.

Com o afastamento de Morales, o governo de Luis Arce, eleito em 2020, inaugurou um novo ciclo de instabilidade gerado pelo distanciamento do novo presidente das forças do “evismo” e pelo aprofundamento de divisões internas ao partido Movimiento Al Socialismo, o que expôs a fragmentação da esquerda boliviana. Assim, o texto caminha em direção a uma análise da atual conjuntura boliviana, ao descrever a crise econômica recente, a queda na confiança da população na democracia e, ainda mais grave do ponto de vista da construção democrática no país, o episódio da tentativa de golpe militar em 2024, que acirrou ainda mais a polarização política. As autoras concluem que, embora a Constituição de 2009 represente um marco de inovação democrática e plurinacionalidade, a Bolívia enfrenta hoje uma profunda crise de legitimidade e representação política. A desmobilização dos movimentos sociais e a erosão institucional colocam em risco os ainda frágeis pilares democráticos construídos ao longo das últimas duas décadas.

Outro caso que tem chamado atenção para a crise da democracia na América Latina é o da Venezuela, analisado no texto de **Bárbara Luiza Macêdo Gonçalves e Júlia Nicole Ramos Melo Carneiro**, cujo título **“Organização das Nações Unidas e Venezuela: Interferências e Contribuições da ONU na Crise Democrática Venezuelana”** examina criticamente o papel da organização no país. As autoras apresentam uma análise detalhada do colapso institucional venezuelano, acentuado pela dependência econômica do petróleo, a repressão sistemática à oposição e os questionamentos à legitimidade dos processos eleitorais. O foco da análise recai sobre as contribuições e, sobretudo, os limites da capacidade de atuação positiva da ONU, diante do complicado quadro de agravamento autoritário desde a morte de Hugo Chávez, que governou o país de 2002 até 2013, e a ascensão de Nicolás Maduro, no poder há doze anos. Na visão das autoras, a atuação da ONU na Venezuela, limitada sobretudo pela força do princípio da não-intervenção, é realizada por meio de dois mecanismos principais: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), voltado ao fortalecimento institucional e econômico, e a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos (MIIAF), responsável por denunciar violações de direitos humanos e repressão política. No entanto, argumentam as autoras, essas ações se caracterizam como uma tentativa de aliviar as consequências econômicas e sociais da crise, e não em sua resolução estrutural. De modo propositivo,

Gonçalves e Carneiro defendem a necessidade de uma revisão das estratégias de ação da ONU, dentre as quais o fortalecimento da cooperação com organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), para avançar na defesa da democracia na América Latina e na construção de capacidade de mediação de conflitos como o da Venezuela.

A penúltima contribuição recebe o título de **“STensão Colômbia e Estados Unidos: a soberania Latino-americana e a integração aos BRICS+ como uma afronta ao ego estadunidense?”**. O texto, de autoria de **Kaio Lucas S. Mesquita e Cíntia Guimarães de Lucena**, começa por explorar a conjuntura de tensão diplomática desencadeada pela recusa do governo colombiano do presidente Gustavo Petro em aceitar voos militares dos EUA transportando imigrantes deportados, à qual o presidente Donald Trump respondeu com ameaças tarifárias, sanções financeiras e retaliações diplomáticas. Na visão do texto, trata-se de mais um episódio na longa e conhecida tradição de coerção política e econômica dos EUA sobre países da América Latina, a qual é associada pelos autores a práticas neocoloniais e de dependência estrutural. Lançando mão de contribuições da Teoria da Dependência e do pensamento decolonial, Mesquita e Lucena argumentam que a reação da Colômbia pode ser interpretada como um gesto simbólico de resistência e afirmação da autonomia nacional.

Mas o foco principal do texto recai sobre uma interpretação da recente manifestação colombiana no sentido de aproximar-se com os BRICS+, movimento considerado pelos autores como uma alternativa estratégica ao tradicional alinhamento colombiano com os EUA Washington. Apesar de reconhecer nessa manifestação uma tentativa do governo Petro de diversificar parcerias e assim propiciar uma inserção internacional mais autônoma, a análise não deixa de sublinhar os limites dessa estratégia, diante da forte dependência econômica dos EUA e das dificuldades inerentes à atuação no bloco BRICS+, o qual também é marcado por inúmeras divergências de interesses entre os seus membros. Por fim, a análise de Mesquita e Lucena denuncia a continuidade da lógica imperialista da atuação dos EUA na América Latina e defende que coalizões multilaterais entre países do Sul Global, como o BRICS+, têm o potencial de fortalecer a democracia nos países latino-americanos e assim, quiçá, desafiar as estruturas seculares de dominação norte-americana, abrindo espaço para práticas mais autônomas, horizontais e emancipatórias nas relações internacionais.

Para encerrar a presente edição, o artigo **"Uruguay in the Spotlight among Latin American Democracies: A Spark of**

**Hope?**", de autoria de **Pedro Arthur L. dos S. Felipe e Ulysses Santucci Barreto**, analisa a estabilidade democrática do Uruguai, destacando-o como uma exceção positiva no contexto da crescente crise das democracias na América Latina. Em uma região atualmente marcada pela polarização política, pelo populismo irresponsável e fragilidade institucional, o Uruguai se sobressai como um "oásis no deserto", com altos índices de satisfação com a democracia e uma transição política caracterizada por diálogo entre partidos de espectros opostos.

A análise de Felipe e Barreto nos oferece uma lufada de ar fresco, em meio à conjuntura turbulenta dos nossos tempos. A análise busca entender as razões dessa estabilidade, contrastando o Uruguai com outros países da região, como Brasil e Argentina, que enfrentam desafios mais profundos relacionados à crise política e institucional. Ao explorar as razões do fenômeno uruguaio, os autores argumentam que o compromisso das elites políticas com valores democráticos, a colaboração interpartidária e o sistema eleitoral robusto são elementos-chave para garantir a estabilidade política do país.

Numa importante contextualização histórica, o texto reflete sobre o legado autoritário do Uruguai durante a ditadura de 1973 a 1985 e como o país superou esses desafios, oferecendo lições valiosas para o fortalecimento das instituições democráticas na região. A combinação desses elementos tem fortalecido a democracia, tornando-a mais resistente a tendências autoritárias, no argumento dos autores. O artigo questiona se o Uruguai pode ser um modelo a ser seguido por outras democracias latino-americanas, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações do modelo democrático do país.

O texto sobre a conjuntura política do Uruguai é publicado no momento mesmo em que as forças democráticas da América Latina ainda começam a viver o luto pela morte recente do ex-presidente uruguaio, José "Pepe" Mujica, líder político se tornou um símbolo da democracia na região: "R.I.P. Mujica!".

As análises apresentadas neste dossiê revelam a gravidade e a complexidade da crise das democracias latino-americanas. Embora cada país apresente particularidades em seus desafios, o denominador comum entre os casos analisados é a fragilidade institucional, que se traduz em um crescente desamparo das populações diante das promessas democráticas não cumpridas. Regimes autoritários e populistas, muitas vezes em nome de um discurso de "restauração da ordem", têm utilizado da polarização, da repressão e da manipulação das narrativas políticas como ferramentas para consolidar seu poder,

enfraquecendo as bases da democracia e restringindo a esfera de contestação pública.

Em um cenário tão desafiador, a urgência de uma reflexão profunda sobre os caminhos a seguir se torna cada vez mais clara. O fortalecimento das instituições, a promoção de uma cidadania ativa e a garantia dos direitos humanos são pontos essenciais para a preservação da democracia na região. A presente edição da revista, ao reunir uma análise crítica da crise e seus desdobramentos, aponta para a necessidade de ações políticas que reconquistem a confiança da população nas instituições e que restabeleçam o pluralismo, o diálogo interinstitucional e a transparência como pilares da governança democrática.

Por fim, informo que, além das dezesseis análises acima, a presente edição conta com um texto de minha autoria, "**Análise de conjuntura: o que é e como se faz?**", que oferece aos leitores e leitoras um esforço de sistematização dos fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos da análise de conjuntura, texto que dedico especialmente aos estudantes que têm integrado comigo o Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, com apreço e sincero sentimento de gratidão pela qualidade de nossa convivência acadêmica e pelos aprendizados compartilhados em nossa jornada.

## Boa leitura!

